

# Madeiras da Índia: Juan de Herrera, João Baptista Lavanha e a cruz do altar-mor do Escorial

Miguel Soromenho

Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte  
(U.A.M.). Vol. XIII, 2001

## RESUMEN

*El retablo concebido por el arquitecto Juan de Herrera para el altar del monasterio del Escorial está rematado por un monumental Crucifijo, cuya madera, según relatos de finales del siglo, procedía de un galeón portugués. La parte sobrante fue utilizada también en la construcción del ataúd de Felipe II, que murió el 12 de septiembre de 1598. Documentos inéditos de la Biblioteca Nacional de Lisboa confirman el origen de la madera, dando al mismo tiempo preciosos pormenores sobre el proceso de su búsqueda y envío a España. La insistencia del rey en la elección de una madera exótica sugiere que no fue ajeno a la decisión el cosmógrafo y matemático Juan Bautista Lavanha, consejero cercano al monarca y que, poco antes, en su tratado de arquitectura naval había dedicado especial atención a las excelentes cualidades de aquella materia prima.*

O processo de encomenda, concepção e realização do retábulo-mor da Basílica de São Lourenço do Escorial está hoje, graças a um bom conjunto de recentes ensaios, bem esclarecido. Vários autores puseram reservas à intervenção de Juan de Herrera no desenho do retábulo, limitando a sua acção à administração dos trabalhos, por não estar expressa na documentação conhecida a autoria dele. Mas além da presença do arquitecto real na assinatura do contrato de execução da obra, realizada no dia 10 de Janeiro de 1579, é forçoso reconhecer naquela estrutura e composição algumas das características do seu estilo ar-

quitectónico. Ao próprio Filipe II, sempre atento ao desenrolar da construção do mosteiro e avisado crítico arquitectónico, anotando mesmo as traças e propondo correcções aos desenhos que lhe eram submetidos, pode ser atribuída uma influência decisiva no partido adoptado, assim como foi decisiva a opinião do monarca na escolha do programa pictórico que viria a preencher o retábulo. Sabemos que já antes do início do processo, minuciosamente preparado por Filipe II, chegara uma tela de Ticiano versando o tema do martírio de São Lourenço, mas a morte do mestre veneziano, em 1576, e a pressa em resol-

ver a questão do retábulo fizeram-no considerar a hipótese de recorrer ao pintor espanhol Navarrete, igualmente falecido (1579) sem poder sequer iniciar a empreitada. Obstinado na escolha de um pintor veneziano, o rei solicitou ainda o concurso de Tintoretto e de Veronese, que apesar de enviarem algumas telas, não quiseram deslocar-se a Espanha para tomar em mãos a responsabilidade do trabalho. Antes da decisão final de contratar Federico Zuccaro e Pellegrino Tibaldi, que viriam de facto a pintar as telas do retábulo-mor, há ainda a registar a tentativa de Luca Gambiasso em obter a encomenda, mas a tela que executou em 1581, novamente alusiva ao martírio de São Lourenço, não agradou ao rei.

Revelou-se bastante mais simples a escolha dos artistas encarregados de fornecer as esculturas pensadas para o retábulo. De facto, o contrato de 1579 entregava já à oficina dos Leoni a execução de todas as esculturas e elementos arquitectónicos em bronze, sob a direcção de Pompeo, que ficava assim encarregado da feitura de quinze figuras, distribuindo-se os trabalhos do tabernáculo a Jacopo da Trezzo e todos os outros, em mármore ou em jaspe, a Giovanni Battista Comane. Filipe II acompanhou, como sempre, todos os passos do projecto, tendo o Calvário suscitado ao soberano inúmeras críticas, às quais Pompeo Leoni tratou, aliás, de obviar. Nada foi deixado ao acaso na realização deste grupo escultórico que compreendia, além das figuras de Cristo, da Virgem e de São João Baptista, as de S. Pedro e de São Paulo. A Virgem e São João considerou-as o próprio Leoni como as mais devotas peças por si feitas, respondendo deste modo às aspirações de Filipe II para ter no remate do altar-mor um conjunto devocional único e de grande qualidade plástica. As dimensões do crucifixo, especialmente, foram objecto de reparos, ordenando o encomendador a sua alteração numa série de cartas trocadas durante todo o ano de 1585.

Apenas quatro anos mais tarde, e após um período de difícil relacionamento com a oficina dos Leoni, a obra podia ser dada por terminada. A organização do transporte das peças até S. Lourenço não foi isenta de dificuldades mas, em finais de 1589, já todas estariam prontas para serem colocadas. No mês de Setembro de 1590, enfim, as últimas figuras foram montadas, operação que requereu a construção de um enorme andaime e à qual assistiu, deliciada, a família real.

Duas breves alusões a uma das peças fundamentais do retábulo, o enorme crucifixo de madeira do remate, resgataram-no, provavelmente, da diluição no conjunto escultórico saído da oficina dos Leoni. A mais antiga está incluída na descrição do passamento do rei, a 12 de Setembro de 1598, registado pelo seu capelão, Frei António Cervera de la Torre. Ordenada pouco após o evento funesto fixou, sobre este caso, pormenores que vale a pena recordar. Avisado da situação de uma nau portuguesa, que

jazia há vinte anos em Lisboa, Filipe II mandara trazer uma das suas peças, de madeira, da qual se construíram dois crucifixos, e não um, como por vezes aparece referido, e a própria porta do claustro, onde “*servia de lo mesmo que en Lisboa*”. Ainda segundo o testemunho de Cervera de la Torre, a ideia de utilizar as sobras para o ataúde régio pertencera ao arquitecto Francisco de Mora, “*trazador de su Majestad*”, impressionado pela sua proveniência. A segunda alusão à proveniência da madeira encontramos-na na carta que o célebre obreiro-mor do estaleiro, Frei Antonio de Villacastín, um dos monges fundadores e presente no Escorial desde 1562, enviou ao francês Jehan Lhermite, no dia 4 de Março de 1600, e na qual achou digno de mencionar, entre outros informes respeitantes aos gastos astronómicos da empresa, os 500 cruzados a quanto tinha ascendido o custo do transporte da madeira para o crucifixo, desde a cidade de Lisboa.

Por não serem os relatos exactos contemporâneos dos acontecimentos a que se reportam e por procurarem ambos uma composição reverente da memória de Filipe II, mantendo ao mesmo tempo algumas dúvidas sobre os seus contornos, a eles não se deu, até hoje, mais importância do que a qualquer outra anedota de intuídos edificantes. Mas que o facto entrou entretanto para a galeria das lendas relativas à fábrica de São Lourenço prova-o a sua inclusão na obra fundamental de Frei José de Sigüenza sobre a fundação e a construção do Escorial. Segundo o cronista, que escrevia nos primeiros anos do século XVII, Filipe II havia feito vir de Lisboa um enorme toro de madeira da quilha de um galeão português, o “Cinco Chagas” para dali ser feita a cruz de remate do altar-mor. Ainda de acordo com o frade jerónimo fez-se mais tarde uma outra cruz, de menores dimensões, para o altar da igreja situado junto à porta do claustro principal, tendo sido a madeira sobrance utilizada para o ataúde do rei, descrição que concorda, no essencial, com os dados já estabelecidos anteriormente.

Ora, um feliz achado que não ultrapassa no entanto a mera dimensão da curiosidade histórica, permitiu-nos confirmar a origem da madeira utilizada para o crucifixo do Escorial lançando, ao mesmo tempo, alguma luz sobre as vicissitudes da sua encomenda, do seu transporte até ao estaleiro real e, sobretudo, das implicações da escolha régia.

A decisão de procurar um toro digno do conjunto escultórico realizado por Pompeo Leoni partiu, parece, do próprio rei, que para tal pediu que fosse procurado em Lisboa, através de João Baptista Rovelasco. Este cidadão milanês foi, segundo Júlio de Castilho, contratador da pimenta da Mina, após 1580, tendo sido igualmente o primeiro proprietário da Quinta de Alcântara a qual, penhorada por dívidas nos primeiros anos do século XVII, passou para a posse da Casa Real, dando origem ao Paço Real de Alcântara. Não foram porém bem sucedidos os

intentos de Filipe II e o pau de angelim, expressamente mencionado no pedido régio, não se conseguiu encontrar. Deve-se justamente ao insucesso desta busca a existência de três testemunhos epistolares, conservados na Biblioteca Nacional de Lisboa, assinados pelo bispo D. Jorge de Ataíde (1535-1611), então em Madrid, e que chamou a si a resolução do caso. O prelado português, filho de D. António de Ataíde e de D. Ana de Távora, primeiros condes da Castanheira, foi uma personagem importante da sua época e um dos mais destacados apoiantes da causa filipina. Sucessivamente bispo de Viseu, presidente da Mesa da Consciência e Ordens e capelão-mor, foi muito protegido dos monarcas espanhóis, chegando Filipe III a recomendar ao seu embaixador em Roma que intercedesse pela elevação de D. Jorge à dignidade cardinalícia, mesmo que para isso se revelasse necessário pressionar os sobrinhos do Papa. Que se tratava de um fidalgo culto e avisado, capaz por isso de resolver a contento os desejos do rei, prova-o um seguro gosto arquitectónico, à altura de apreciar os planos do arquitecto Baltasar Álvares para a igreja de São Vicente de Fora e de discutir, também com ele, pormenores do projecto para uma grande residência palacial que se construía em Lisboa em finais de quinhentos.

A primeira das três cartas de D. Jorge de Ataíde, datada de 7 de Junho de 1590, quando, como vimos, se montavam já no retábulo-mor de São Lourenço as últimas figuras de bronze enviadas de Itália pelo Leoni, faz o historial do processo: perante a incapacidade de João Baptista Rovelasco em encontrar o pretendido, o bispo alvitrou o concurso de Luís Fernandes César, Provedor dos Armazéns de Lisboa, “*porque so elle podia descubrir (...) cousa que aproveitasse polla muita pratica que tinha de madeiras da india*”. O nome de Juan de Herrera aparece desde logo citado por D. Jorge, pois o bispo tratara de informá-lo do expediente antes de escrever para Lisboa, pedindo-lhe ao mesmo tempo as medidas dos toros necessários, facto que dá bem a ideia das responsabilidades administrativas e projectuais concentradas no desempenho do arquitecto à frente do estaleiro escorialense. Enviadas as medidas para o Provedor, a resposta não se fez esperar. Luís Fernandes César propunha o aproveitamento da madeira de uma determinada nau da Carreira da Índia, facto que por si só causava enorme espanto, “*por não se achar pao senão de tantos annos e que foi e veio a india mais de vinte vezes*”, entrando mesmo na dimensão da maravilha e do mistério, por corresponder em parte aquele madeiro “*cõ o que alguas historias cõtão do madeiro da sãta cruz de nosso senhor Jezus christo*”. A circunstância de o Bispo ser muito devoto da cruz –que trazia sobre o escudo das armas da família– concorria, evidentemente, para dar ao episódio uma dimensão providencial.

■ Ajustada a escolha das madeiras segundo as directivas de Herrera, uma segunda carta datada de 14 de Junho

dava já conta da preparação da viagem para São Lourenço: a dimensão e o peso da carga exigiriam no entanto o reforço das duas carroças e, possivelmente, a utilização de bois para tracção, ao invés das mulas previstas, tudo “*em cõformidade do que pareceo bem a joan de herreira*”, segundo as próprias palavras de D. Jorge de Ataíde. A iminência da chegada dos madeiros é referida na última carta do Capelão-Mor, datada de 25 de Agosto de 1590, acompanhada originalmente da “*obrigação que fizeram os carreteiros de trazerem os paos da cruz*”, documento este já desaparecido.

De todas as embarcações recenseadas por Quirino da Fonseca, apenas a *Chagas* corresponde ao galeão descrito por Sigüenza –que a nomeava todavia de *Cinco Chagas*–, bem como àquele referenciado nas cartas de D. Jorge de Ataíde, descontando o evidente exagero das vinte viagens realizadas na Carreira. Mesmo as embarcações de maior longevidade não perfaziam, na verdade, mais de seis ou sete trajectos, quedando-se por três a sua duração média, segundo o que podemos depreender do estipulado nos coevos contratos de armação. A *Chagas* fora construída na Índia, em 1560, por ordem do vice-rei D. Constantino de Bragança. Até 1585, quando efectuou a viagem derradeira, havia ido à Índia por sete vezes.

É igualmente digna da maior curiosidade a fixação do interesse régio na madeira de angelim, uma recomendação que aparecia já, como vimos, na primeira carta de D. Jorge de Ataíde, pressupondo uma indicação expressa do monarca. Esta espécie exótica, também conhecida por jaqueira-brava, muito abundante no Malabar, objecto de um intenso comércio naquelas paragens e regularmente importada pelos estaleiros navais portugueses, havia já sido mencionada nas cartas de Afonso de Albuquerque, para depois ocorrer em toda a literatura nacional sobre o Oriente. Além de ter sido utilizada, em abundância, nas peças de mobiliário indiano importadas para a Europa, com destaque para as arcas de Cochim, o angelim era uma madeira de excelentes características, na qual concorriam em simultâneo todas as propriedades que ditavam a qualidade de uma matéria-prima adequada, como nenhuma outra, à construção naval, convindo para isso que fossem “*rijas, enxutas, de çumo amargoso e resinento, e brandas*”. Foi João Baptista Lavanha (c. 1555-1624), na esteira do tratado *Ars Nautica* do Pe. Fernando Oliveira, escrito em latim cerca de 1570, quem assim definiu, de forma concisa e certa, as qualidades do angelim, na sua opinião apenas comparáveis às da teca. No seu *Livro Primeiro da Architectura Naval*, identificado na Biblioteca da Real Academia de la Historia de Madrid, o engenheiro e matemático português, que foi Cosmógrafo e Cronista-Mor do Reino e que inspirou decerto a criação em Madrid da Academia de Matemáticas, decalcada da Aula da Ribeira de Lisboa, acrescentava ainda sobre as boas madeiras: “*a rijeza e fortaleza dellas resiste ao impeto dos*

mares, e dos Ventos, sendo enxutas da humidade, não apodreçam com a muita das agoas, antes nellas se conservão. E para as despedir de sy, ha de ser o seu çumo ressinento, e para q não entre nellas o Busano, amargoso. E ultimamente brandas, para que de lavradas (como he necessario em algumas partes) não estallem”. Os conhecimentos de João Baptista Lavanha sobre esta matéria não se esgotavam, porém, nos enunciados teóricos da tratadística naval. Da sua habilidade prática temos notícia das duas traças de naus da Índia que realizou, colocadas em apenso a esta *Architectura* e datadas de 1598, por isso posteriores de poucos anos ao processo de escolha do madeiro para o retábulo de São Lourenço. Encontrando-se ainda em Espanha em 1590, pois só regressaria a Lisboa no ano seguinte para ocupar o cargo de Cosmógrafo-Mor do Reino, e gozando da especial protecção de Filipe II, cremos que bem pode ter sido sua a sugestão para a utilização do resistente angelim na cruz do retábulo, madeira que sabia existir entre nós em abundância, especialmente nos Armazéns da Ribeira. A opção revelava-se assim, mais do que o cumprimento de uma intenção simbólica, perfeitamente circunstancial, o resultado da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos de um engenheiro português, espaldado na disponibilidade de matérias-primas exóticas do mercado nacional, que as conquistas propiciavam.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

### Doc. n.º 1

(Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, colecção Pombalina, cod. 641, fls. 596 e 597)

“... Vindo ter comigo benauides os dias passados acaso me deu conta como se não achava e Lisboa hu pao de angelim pera a cruz en que se ade por o Christo no retabolo de São Loureco que Vossa Magestade mandara buscar por via de João Bautista Reualasco e que não sabião de que madeira se podia fazer eu lhe disse que me espantava não mandar Vossa Magestade ecarregar este madeiro a Luis Cesar porque so elle podia descubrir e Lisboa cousa que aproueitasse polla muita pratica que tinha de madeiras da india por uia do almaze e foise benauides e tratou o que lhe disse com João de herreira e me disse

que eu escreuesse a Luis Cesar sobre este particular elle enuiasse as medidas dos madeiros que erão necessarios que me deu e papel. escreui logo a Luis Cesar e onte me ueo a repostã que cõ esta enuiu a Vossa Magestade e tenho por dita acharse tão boa madeira como na sua refere e quasi parece misterio não se achar pao senão de tantos annos e que foi e veio a india mais de vite vezes e servio na mais ditosa nao que naquella carreira ouue depois que en nella nauegação se faz. e assi e parte corresponde este madeiro cõ o que algumas historias cõtão do madeiro da sãta cruz de nosso Senhor Jesus christo e eu me tenho por ditoso de ser o meo pera seruir a Vossa Magestade neste particular que parece de pouco mometo porque pera mi he de muita cõsolação porque sou muito deuoto da cruz e tenho nella posta minha particular afeição e por isso a trago sobre o escudo das armas da minha familia - Se Vossa Magestade he seruido podeme mandar auisar o que se ade escrever a Luis Cesar sobre este particular. Deos goarde a catolica pessoa de Vossa Magestade. de madrid 7 de Junho de 90

Georgis Episcopus”

### Doc. n.º 2

(Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, colecção Pombalina, cod. 641, fls. 588v1)

“... a Luis Cesar escreui que mandasse uir o pao pera a cruz logo pollos carros que la soe ir do que cõ mulas \_\_\_\_\_? dous como elle apõtava e fortificados e sedo necesario e não podendo trazerse o pao por este modo que logo auise e mande dizer quãtos bois herão necessarios e o que pesa o madeiro pera que de qua se mãde carro reforcado e bois cõ breuidade o que assi escreui e cõformidade do que pareceo be a João de herrera mas eu creo que o pao uira nos carros das mulas - Deos goarde a Catholica pessoa de Vossa Magestade. de Madrid 14 de Junho de 90

Georgis Episcopus”

### Doc. n.º 3

(Biblioteca Nacional de Lisboa, secção de Reservados, Mss. 208, n.º 36.)